



REPÚBLICA
PORTUGUESA

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Orçamento do Estado 2018

Programa Orçamental Representação Externa

DISCUSSÃO NA ESPECIALIDADE

6 e 15 de novembro de 2017



ÍNDICE

I	NOTA INTRODUTÓRIA	3
II	BALANÇO DE 2017	3
III	MEDIDAS DE POLÍTICA PARA 2018	11
IV	CARACTERIZAÇÃO GERAL DO ORÇAMENTO DO MNE PARA 2018	19
V	DESPESA CONSOLIDADA.....	19
VI	ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO E DE INVESTIMENTO	21
VII	DESPEAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	22
VIII	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DO MNE	23
IX	REDE EXTERNA.....	24
X	RECURSOS HUMANOS	26

I NOTA INTRODUTÓRIA

O presente documento tem como objetivo apoiar a discussão na Assembleia da República da Proposta de Orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros para 2018. Antes de elencar as principais medidas de política para o ano de 2018 e a caracterização do orçamento para 2018, apresenta-se um breve balanço das metas alcançadas e das medidas concretizadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros no presente ano de 2017.

II BALANÇO DE 2017

Tendo presente os eixos prioritários de intervenção do Governo em termos de política externa e a necessidade de concretizar uma gestão rigorosa, criteriosa e flexível, o Ministério dos Negócios Estrangeiros empreendeu, em 2017, um conjunto de medidas de política das quais se destacam:

1. No âmbito da política europeia:

- Cumprimento das regras de consolidação orçamental e equilíbrio das finanças públicas, sob escrutínio do Parlamento nacional e em diálogo com a Comissão Europeia;
- Saída de Portugal do Procedimento por Défice Excessivo;
- Compromisso com a União Económica e Monetária e sua defesa junto das instâncias e dos parceiros europeus;
- Compromisso com outras dimensões da integração europeia, designadamente com a implementação do Mercado Interno, através do acompanhamento e participação ativa nas negociações das propostas apresentadas no âmbito das Estratégias do Mercado Único de Bens e Serviços, do Mercado Único Digital e da União da Energia;
- Empenho na valorização da dimensão social da integração europeia, através da contribuição nacional para a negociação das propostas associadas ao Pilar Europeu de Direitos Sociais;
- Participação no processo de negociação da saída do Reino Unido da União Europeia e defesa dos interesses nacionais e europeus, designadamente a defesa dos direitos e interesses da comunidade portuguesa residente naquele país;
- Revitalização da utilização dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, instrumentos importantes na implementação do Programa Nacional de Reformas em 2017;
- Apoio aos esforços desenvolvidos a nível europeu no que respeita ao combate à fraude, evasão e elisão fiscais, através, designadamente, da transposição para o ordenamento nacional de diretivas europeias que regulam esta matéria;



- Participação na resposta à crise dos refugiados e na regulação das migrações (e.g.: criação da Guarda Costeira e de Fronteiras Europeia) e na execução do Acordo UE-Turquia;
- Defesa do combate ao terrorismo através da apresentação de propostas no âmbito da prevenção (e.g., monitorização da Internet e desenvolvimento do diálogo com as comunidades e líderes religiosos), e defesa da adoção de medidas estruturais de integração social, em domínios como a habitação, a educação e a cultura, com um maior envolvimento das entidades regionais e locais;
- Participação na implementação da Estratégia Global da União Europeia e no desenvolvimento da Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia;
- Participação nas missões europeias de segurança cooperativa e de projeção de estabilidade, e empenho no *dossiê* da segurança marítima;
- Contribuição para o desenvolvimento da Política Europeia de Vizinhança, quer a Sul, quer a Leste, com a atenção específica, da parte de Portugal, à relação com o espaço regional do Mediterrâneo, do Sahel e da África Ocidental;
- Envolvimento na preparação da Cimeira União Europeia-União Africana;
- Acompanhamento da implementação da nova estratégia comercial da UE e das negociações comerciais em curso, incluindo a sua nova arquitetura, com destaque para as negociações relativas ao Acordo UE/Mercosul, UE/México e UE/Japão, assim como das negociações com os países ASEAN e com a China; ratificação do Acordo comercial com o Canadá (CETA);
- Apresentação da candidatura da cidade do Porto à relocalização da Agência Europeia do Medicamento.

2. No âmbito das relações multilaterais:

- Eleição das candidaturas portuguesas: ao Comité dos Direitos Humanos, à Comissão do Direito Internacional, à Comissão dos Limites da Plataforma Continental, à Comissão Oceanográfica Internacional, à Organização Europeia de Patentes. Nomeação de um oficial português como *Police adviser* na ONU;
- No quadro das Nações Unidas:
 - Reforço da participação portuguesa em missões de paz;
 - Envolvimento na Agenda 2030, com apresentação do primeiro relatório nacional sobre a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável;
 - Defesa dos direitos humanos, no quadro, designadamente, do exercício do mandato no Conselho de Direitos Humanos e da participação no Conselho da Europa e na Organização de Segurança e Cooperação na Europa (OSCE);
 - Envolvimento na Agenda dos Oceanos, designadamente no âmbito das questões relacionadas com a extensão da plataforma continental e da Implementação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar sobre Conservação e Utilização Sustentável da Biodiversidade Marinha em Áreas além da Jurisdição Nacional; cofacilitação da Conferência de Nova Iorque sobre os Oceanos;



- Assunção plena das responsabilidades inerentes à condição de membros do Comité do Património Mundial da UNESCO; valorização das atividades em Portugal da Comissão Nacional da UNESCO e das redes de escolas associadas, centros e clubes UNESCO, cátedras UNESCO, reservas da biosfera e geoparques mundiais da UNESCO.
 - No quadro da CPLP, contribuição para implementação da Nova Visão Estratégica, designadamente através da dinamização da agenda da cidadania lusófona, do reforço da componente económico-empresarial (e.g., assinatura do Protocolo de Cooperação entre a AICEP e a Confederação Empresarial da CPLP) e do reforço do papel dos Observadores Associados;
 - No quadro da NATO, participação na implementação das decisões da Cimeira de Varsóvia, salientando, designadamente, a importância estratégica do “flanco sul” e da segurança marítima;
 - No quadro do combate ao terrorismo, participação nas plataformas europeias de cooperação entre organismos de segurança e informações e participação em missões internacionais, designadamente no quadro da Coligação Internacional de Combate ao *Daesh*;
 - No quadro do Conselho da Europa, como líderes da iniciativa pela abolição da pena de morte e valorizando o Centro Norte-Sul, sediado em Lisboa;
 - Participação ativa na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e assunção de responsabilidades inerentes à presidência por Portugal do seu Comité para as Relações Externas;
 - No quadro do relacionamento entre a Europa e a América Latina, participação na Conferência Ibero-Americana, e acompanhamento da implementação das deliberações da Cimeira de Cartagena das Índias; abertura do primeiro escritório em Lisboa da Organização dos Estados Ibero-Americanos.
- 3. No âmbito do reforço das relações bilaterais, destacam-se os seguintes desenvolvimentos:**
- Relacionamento bilateral com os países de língua portuguesa, no triplo plano da concertação político-diplomática em assuntos multilaterais, do relacionamento político Estado a Estado e da concretização das agendas de colaboração nas áreas da educação, da economia e da administração e governação;
 - Consolidação das relações bilaterais com países europeus (visitas e/ou encontros com autoridades dos seguintes países: Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Croácia, Dinamarca, Espanha, Estónia, Eslováquia, França, Geórgia, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países-Baixos, Polónia, Reino Unido, República Checa, Roménia, Turquia, Ucrânia); realização da Cimeira Luso-Espanhola e definição da agenda de cooperação bilateral, designadamente em matéria de transição energética;
 - Desenvolvimento do relacionamento bilateral com os Estados Unidos da América, quer ao nível das respetivas autoridades políticas quer através dos trabalhos da Comissão Bilateral Permanente, com especial atenção às perspetivas de cooperação económica e científico-tecnológica e às questões ligadas à Base das Lajes;



- Valorização dos laços com a América Latina, reforçando o relacionamento com vários países da região (visitas e/ou encontros com autoridades dos seguintes países: Argentina, Chile, Colômbia, Cuba, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela);
- Reforço do relacionamento com os países da África Subsaariana, considerando, designadamente, a presença de comunidades portuguesas e os interesses comuns em matéria económica, de segurança e de estabilização institucional (visitas e/ou encontros com autoridades dos seguintes países: África do Sul, Chade, Costa do Marfim, Namíbia, Senegal, Togo);
- Dinamização das relações bilaterais com os países do Norte de África nas suas múltiplas vertentes, em particular com a Argélia, Egípto, Marrocos e Tunísia, sendo de destacar nestes dois últimos países a realização das Cimeiras Bilaterais;
- Desenvolvimento das relações com os países da Ásia e Ásia-Pacífico, através da realização de visitas e consultas políticas e da negociação de instrumentos bilaterais (visitas e/ou encontros com autoridades dos seguintes países: Arábia Saudita, Austrália, China, Coreia do Sul, Emiratos Árabes Unidos, Índia, Indonésia, Irão, Japão, Paquistão, Singapura, Tailândia, Vietname);
- Realização das Comissões Mistas com a Argélia, o Egípto, a Índia e a Rússia.

4. No âmbito da promoção da língua e cultura portuguesas:

- Difusão e internacionalização da língua e cultura portuguesas, no contexto da formação superior, nomeadamente, através de:
 - Expansão da rede Camões de ensino superior em universidades estrangeiras, com a criação de novos leitorados e centros de língua e a celebração de novos protocolos com universidades e organizações internacionais;
 - Expansão da rede de cátedras, promovendo o ensino e investigação em estudos de língua e cultura portuguesa, com a criação de duas novas cátedras: Cuba, Universidade de Havana: Cátedra Eça de Queirós; EUA, Universidade de Berkeley: Cátedra Ana Hatherley.
- Difusão e internacionalização da língua e cultura portuguesas, no contexto dos sistemas de ensino básico e secundário, nomeadamente, através de:
 - Desenvolvimento da rede de ensino português como língua de herança, dando assim resposta às necessidades da comunidade portuguesa, designadamente através das coordenações de ensino, através da introdução dos Cursos Complementares (Luxemburgo) e dos Cursos de Ensino Internacional de Língua Estrangeiras (França), e através do Lançamento do projeto piloto “Português mais Perto” (EUA e Canadá);
 - Apoio à aprendizagem do português, como língua estrangeira, por via da promoção da integração curricular em currículos nacionais ou regionais de interesse geoestratégico ou de diásporas de longa implementação, com destaque para países europeus, africanos e latino-americanos.



- Continuação da qualificação do ensino português no estrangeiro, através, designadamente, de:
 - Lançamento do Referencial de Português Língua Estrangeira, produzido pelo Camões, I.P., com chancela do Conselho da Europa;
 - Aposta no digital e no ensino à distância: (e.g. lançamento da *App eLearning Camões*, da Plataforma “Português mais Perto”, e de cursos para fins específicos);
 - Credenciação do português no sistema de acesso ao ensino superior (nos EUA);
 - Formação contínua de professores, tradutores e intérpretes;
 - Apoio à investigação;
 - Disponibilização de manuais escolares;
- Consolidação da utilização da língua portuguesa em organizações internacionais;
- Lançamento das medidas Simplex+: para além da *App eLearning Camões*, o Arquivo e Novo Portal de Serviços do Camões+ acessível, assim permitindo um maior leque e mais qualidade e acessibilidade dos serviços prestados;
- Lançamento do primeiro programa anual da Ação Cultural Externa e acompanhamento da sua execução, em articulação com o Ministério da Cultura;
- Reforço das iniciativas culturais no estrangeiro, designadamente nas Embaixadas e Consulados, destacando-se a participação de Portugal como país convidado da Feira do Livro de Madrid de 2017;
- Lançamento do programa Empresa Promotora de Língua Portuguesa.

5. No âmbito da política de cooperação para o desenvolvimento:

- Promoção e acompanhamento dos esforços de implementação, a nível internacional, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030, e apresentação nas Nações Unidas do primeiro Relatório Nacional Voluntário sobre a implementação em Portugal dessa Agenda;
- Assinatura e implementação dos novos Programas Estratégicos de Cooperação (PEC) com Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique; execução do PEC com a Guiné-Bissau; e preparação da revisão dos PEC's com Angola e Timor-Leste;
- Assinatura e implementação de projetos de cooperação delegada e com financiamento europeu, nos PALOP e Timor Leste, e em novas geografias (Brasil, Colômbia, África Ocidental);
- Promoção da diversificação de fontes de financiamento da cooperação para o desenvolvimento e do apoio ao investimento do setor privado nos países em desenvolvimento, designadamente através de uma melhor articulação com os bancos multilaterais de investimento (ex. Banco Mundial, Banco Europeu de Investimento, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Interamericano de Desenvolvimento);
- Aprovação do Plano Estratégico da SOFID e divulgação da SOFID como instrumento de alavancagem de financiamentos multilaterais;



- Valorização da importância da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, destacando-se a organização, juntamente com a OCDE, da Reunião Internacional "Tidewater 2017", com a presença do Secretário-Geral das Nações Unidas, do Secretário-Geral da OCDE e da Presidente do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE;
- Apoio ao trabalho da Plataforma Global dos Estudantes Sírios e promoção, nos fóruns internacionais, da ideia de Mecanismo de Resposta Rápida no Ensino Superior em Situações de Emergência;
- Reforço do programa de bolsas do Camões, I.P. para estudantes lusófonos em Portugal e maior articulação entre sector público e privados, designadamente entre ONGDs, fundações, instituições do ensino superior e setor privado;
- Implementação das medidas Simplex+: Cooperação Online e Novo Portal de Serviços Camões +acessível, permitindo uma maior acessibilidade dos serviços prestados e a desmaterialização de processos no âmbito da gestão de projetos de cooperação.

6. No domínio da cidadania lusófona, destaca-se a concretização das seguintes medidas:

- Aprovação do Plano de Ação de Díli (para a promoção da língua portuguesa);
- Aprovação pelo Conselho de Ministros da CPLP do documento de operacionalização da Nova Visão Estratégica da CPLP;
- Participação nas reuniões ministeriais da CPLP nos diferentes formatos sectoriais;
- Participação no desenvolvimento de um programa de cooperação no âmbito da energia, no espaço económico da língua portuguesa, e na preparação da II Ministerial da Energia da CPLP que vai decorrer ainda em 2017;
- Valorização e promoção do património de influência portuguesa, nomeadamente no quadro do Património Mundial da UNESCO;
- Assinatura do Protocolo de Cooperação entre a AICEP e a Confederação Empresarial da CPLP;
- Realização em Portugal da 8.ª Bienal de jovens criadores da CPLP, assim como de outros eventos de cooperação sociedade civil a sociedade civil (e.g. Olimpíada de Matemática da CPLP).

7. No âmbito da atividade consular e da valorização das relações com as comunidades portuguesas:

- Acompanhamento muito atento e próximo às comunidades portuguesas que passam por dificuldades políticas circunstanciais, como a Venezuela, designadamente, através de reforço da rede consular, através da prossecução de um roteiro de "permanências sociais", cobrindo regiões mais remotas do território e permitindo aproximar os nossos serviços consulares dos nossos compatriotas, e através da criação de um regime excecional no quadro do ASEC-CP, flexibilizando o acesso de cidadãos em situação vulnerável;



- Apoio específico à comunidade portuguesa residente no Reino Unido, através do reforço da estrutura consular;
- Contacto e visita às comunidades portuguesas residentes nos seguintes países: – Alemanha, África do Sul, Andorra, Austrália, Brasil, Estados Unidos, França, Luxemburgo, Reino Unido Venezuela;
- Continuação da modernização da rede consular numa ótica de simplificação e de proximidade com os utentes, designadamente através do início da implementação do novo Sistema de Gestão Consular com o lançamento do respetivo projeto piloto no Consulado Geral em Barcelona (projeto e-Consulado);
- Abertura do segundo Espaço do Cidadão no estrangeiro, no Consulado-Geral de Portugal em São Paulo e acompanhamento do serviço prestado no Espaço do Cidadão no Consulado Geral em Paris;
- Reforço da rede consular com a abertura do Escritório Consular no Mindelo e a instalação do Consulado de Cantão;
- Mapeamento sistemático da rede de consulados honorários e definição de critérios objetivos para a atribuição de subsídios para o seu funcionamento;
- Consolidação da ação do Gabinete de Emergência Consular e da sua articulação com outros serviços relevantes e a rede consular do MNE, permitindo o reforço da proteção consular dos portugueses residentes no estrangeiro; neste âmbito, destaque-se o apoio aos portugueses residentes nas Ilhas do Mar das Caraíbas vítimas do furacão Irma e a realização da operação de repatriamento, por via aérea, de 84 cidadãos portugueses; lançamento da *App* do Registo do Viajante;
- Organização dos Diálogos com as Comunidades em Londres, Manchester e Luxemburgo, assim permitindo a divulgação dos direitos dos portugueses emigrantes e a resposta a questões fiscais, laborais, sociais, de segurança, de cidadania e de igualdade de género;
- Continuação do alargamento da rede e reforço das atribuições dos Gabinetes de Apoio ao Emigrante (GAE), com a inclusão de funcionalidades relacionadas com as atividades de investimento e do turismo, tendo sido atingido um total de 127;
- Criação do segundo e terceiro Gabinetes de Apoio ao Emigrante em municípios estrangeiros, em França e na Alemanha (com a assinatura de protocolo de cooperação institucional nos domínios consular, cultural, social e empresarial);
- Promoção da diáspora portuguesa enquanto alavanca da internacionalização da economia portuguesa, nomeadamente através da ação do Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora, e com a realização, em dezembro de 2017, em Viana do Castelo, do “II Encontro de Investidores da Diáspora”,
- Valorização das redes que reúnem estudantes, investigadores e profissionais pós-graduados portugueses na Alemanha, Estados Unidos, França e Reino Unido (GRaPE, Graduados Portugueses nos Estrangeiro);
- Valorização do Conselho das Comunidades Portuguesas, designadamente com a realização da Reunião Plenária do Conselho, e da participação, a nível político, nas Reuniões dos Conselhos Regionais do Conselho das Comunidades Portuguesas na



América Central e na América do Sul, na Europa e na Ásia e Oceânia e das Comissões Temáticas;

- Apoio aos jovens emigrantes portugueses que pretendem regressar e investir em Portugal, através do protocolo relativo ao Projeto "*Empreender 2020 - Regresso de uma Geração*", celebrado com a Fundação Associação Empresarial de Portugal e a AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo;
- Valorização do associativismo entre as comunidades, designadamente através da aprovação do novo regime de apoios financeiros;
- Incentivos à participação eleitoral dos cidadãos residentes no estrangeiro, designadamente através da aprovação, pelo Governo, da proposta de lei sobre recenseamento eleitoral.
- Regulamentação da Lei da Nacionalidade, regulando a aquisição da nacionalidade por netos de portugueses;
- Assinatura do Protocolo de Cooperação da "Rede de Restaurantes Portugueses no Mundo" entre a AICEP, Turismo de Portugal e a AHRESP, assim potenciando, designadamente, a gastronomia nacional e a exportação de produtos alimentares portugueses.

8. No âmbito da diplomacia económica e do apoio à internacionalização da economia, salienta-se a concretização das seguintes medidas:

- Elaboração, e apresentação ao Conselho Estratégico da Internacionalização e da Economia e ao Parlamento (comissões especializadas) do Programa Internacionalizar;
- Aprovação do Plano Estratégico da AICEP para 2017-2019;
- Prossecução do objetivo estratégico de aumento da captação de investimento, através, designadamente, de:
 - Missões de captação de investimento direto estrangeiro para Portugal, nos seguintes países: Alemanha, Argentina, Brasil, Canadá, China, Colômbia, Coreia do Sul, Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos da América, Japão, Macau, México, Polónia, Qatar, Reino Unido e Turquia.
 - Apoio ao investimento, com aproveitamento do Portugal 2020 e por via de incentivos fiscais;
 - Manutenção, face a 2016, do ritmo de processamento das autorizações de residência para investimento.
- Apoio à internacionalização de empresas e às empresas exportadoras (quer para abertura de novos mercados, quer em mercados já com presença de empresas portuguesas), designadamente através de:
 - Realização de missões nos seguintes países: Alemanha, Argentina, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, Costa do Marfim, Coreia do Sul, Egipto, Estados Unidos da América, França, Índia, Irão, Japão, Macau, México, Reino Unido, Senegal e Suécia;



- Atribuição de incentivos financeiros, no âmbito do Portugal 2020, através de contratualização de projetos que reforcem a capacitação empresarial das PME e permitam potenciar a sua base e capacidade exportadora, assim como o reconhecimento internacional, através da implementação de ações de promoção e marketing, da presença em certames internacionais e da prospeção e acesso a novos mercados;
- Participação em feiras internacionais em diversos setores produtivos, designadamente nas fileiras casa, indústrias criativas, agroalimentar e tecnologias de informação, assim como em feiras internacionais de carácter multisectorial, (e.g. a FILDA, em Angola, a FACIM, em Moçambique e a MIF, em Macau).
- Apoio às empresas exportadoras no contexto do Brexit;
- Expansão da rede externa da AICEP, com abertura de novas delegações em Buenos Aires e Sidney;
- Realização da 21.ª Edição do Programa INOV-Contacto;
- Participação e valorização do evento internacional *Web Summit*, através designadamente do apoio à organização e sua coordenação, e do apoio à participação de convidados estrangeiros.

9. No âmbito da gestão do MNE, podem ser ainda destacadas as seguintes medidas:

- Conclusão da fase de recrutamento, seleção e colocação em posto de 85 estagiários no âmbito do Programa de Estágio Profissionais na Administração Central – sub-programa específico para os serviços periféricos externos do MNE (PEPAC-MNE), cujos estágios terão lugar até 31 de agosto de 2018;
- Realização de concurso de recrutamento para mais 30 adidos diplomáticos;
- Realização de concursos para provimentos de lugares nos serviços externos, com prioridade aos serviços consulares, e renovação de infraestrutura de apoio a esses serviços.

III MEDIDAS DE POLÍTICA PARA 2018

No âmbito da execução da política externa, é importante manter a afirmação de pertença europeia, de vinculação ao multilateralismo, de ligação com vários espaços regionais, de reforço das relações bilaterais, de valorização das comunidades portuguesas, de promoção da internacionalização da língua e da cultura portuguesas, de comprometimento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, incluindo no domínio da cooperação para o desenvolvimento. Fulcral é, também, ter uma atuação concertada nos vários domínios setoriais e articulada com os mais diversos atores no domínio da diplomacia económica, com vista ao reforço da internacionalização da economia portuguesa.

Assim, a política externa, como instrumento de afirmação de Portugal no Mundo, continuará a desenvolver-se em torno dos seguintes eixos de atuação:

- Política europeia;
- Relações multilaterais;
- Relações bilaterais;
- Internacionalização da língua, da cultura e da ciência portuguesa;
- Cooperação para o desenvolvimento;
- Promoção da cidadania lusófona;
- Valorização das comunidades portuguesas;
- Diplomacia económica e internacionalização da economia portuguesa.

1. No âmbito da política europeia, serão empreendidas em 2018 as seguintes medidas de política:

- Continuação do cumprimento das responsabilidades nacionais em termos de regras de gestão financeira e orçamental;
- Participação no processo de reflexão e decisão em curso sobre o futuro da UE, na sequência das propostas apresentadas pelo Livro Branco e pelos documentos de reflexão da Comissão Europeia, e tendo igualmente em conta a Agenda dos Líderes e o Programa de Trabalho da Comissão para 2018, com especial atenção à necessidade de completar a União Económica e Monetária;
- Continuação da participação na implementação do Mercado Interno, nomeadamente do Mercado Europeu de Capitais e do Mercado Único Digital, da União da Energia, bem como das medidas de transição para uma Economia Circular; acompanhamento da implementação do Pilar Europeu de Direitos Sociais;
- Defesa dos interesses nacionais e europeus na preparação do Quadro Financeiro Plurianual para o período pós-2020;
- No quadro da negociação da saída do Reino Unido da UE, contribuição para que possam ser concluídos os processos relativos à defesa dos direitos dos cidadãos e dos compromissos financeiros, e se possa avançar na segunda fase das negociações (ou, na eventualidade de virem ainda a ser concluídos em 2017, no desenvolvimento desta segunda fase), tendo em vista o futuro acordo entre a UE e o Reino Unido;
- Participação no reforço das políticas europeias no domínio da segurança humana, em particular quanto ao desenvolvimento de uma resposta europeia na área da proteção civil;
- Participação no desenvolvimento da política europeia para os refugiados e requerentes de asilo, concluindo a reforma do sistema europeu comum de asilo, bem como para uma posição comum da UE no contexto das negociações dos Compactos Globais para as Migrações e os Refugiados;
- Continuação da promoção de uma estratégia integrada de prevenção e combate ao terrorismo, nas suas múltiplas vertentes, nomeadamente através da implementação de programas de reabilitação urbana e de integração de comunidades em risco de exclusão;



- Participação no processo de integração europeia na dimensão de segurança e defesa, nomeadamente no contexto do lançamento da Cooperação Estruturada Permanente;
- Contribuição para o desenvolvimento da Política Europeia de Vizinhança;
- Envolvimento ativo nos debates destinados a consolidar e reforçar as relações da União Europeia com regiões/países terceiros, em particular com os países da vizinhança e os parceiros estratégicos, nomeadamente em África, na América Latina e nas Caraíbas;
- Continuação da defesa dos interesses nacionais no âmbito da definição da política comercial europeia.

2. No âmbito das relações multilaterais merecem destaque, para o ano de 2018, as seguintes medidas:

- Participação ativa no sistema das Nações Unidas, com atenção permanente ao programa de ação do Secretário-Geral e colocando a ênfase nas seguintes agendas: Direitos Humanos, Paz e Segurança, Alterações Climáticas, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Oceanos;
- Participação na CPLP, tendo em vista a concretização da Nova Visão Estratégica e do Plano de Díli para a Língua Portuguesa, e a preparação da Cimeira de 2018, em Cabo Verde;
- Defesa, perante a Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas, da proposta de extensão da plataforma continental de Portugal;
- Participação na Organização do Tratado do Atlântico Norte, valorizando a dimensão política da Aliança, nomeadamente no que diz respeito à projeção de estabilidade e de segurança cooperativa;
- Participação na Conferência Ibero-Americana, considerando o seu amplo potencial nos planos político-diplomático, de cooperação, cultural e económico, na perspetiva da preparação da Cimeira da Guatemala; e valorização da abertura do Escritório da Organização dos Estados Ibero-americanos em Lisboa;
- Valorização de fóruns de diálogo político regional, tirando partido da capacidade nacional de interlocução com diferentes espaços regionais e com especial relevo para as iniciativas em torno do Mediterrâneo (Diálogo 5+5 e União para o Mediterrâneo); na relação com África, em sede de União Africana e das organizações regionais africanas; assim como com organizações regionais na América Latina.

3. No âmbito das relações bilaterais, em 2018, destaca-se o relacionamento:

- Com os Estados Unidos da América, quer no quadro do Acordo de Cooperação e Defesa, quer no quadro dos programas de cooperação económica, científica, tecnológica e de ensino superior, com destaque para o projeto de criação, nos Açores, do *AIR Center*, centro internacional de investigação e desenvolvimento nas áreas do espaço e dos oceanos, e do Centro de Segurança Atlântico;



- Com a Espanha, reforçando a cooperação nas várias áreas, designadamente a económica, implementando as decisões da Cimeira Bilateral de 2017, e, assim, colaborando na preparação da cooperação transfronteiriça pós-2020, assim como no processo de transição energética;
- Com o Brasil, considerados os laços históricos profundos, a responsabilidade partilhada na difusão e promoção da língua portuguesa, as sólidas relações económicas e as possibilidades de parceria na cooperação com outros países lusófonos;
- Com o Canadá, estabelecendo um patamar de cooperação nas diversas vertentes, designadamente, a económica, tirando partido das oportunidades decorrentes do CETA, e ainda da comunidade portuguesa ali residente;
- Com os países africanos de língua portuguesa e Timor Leste, promovendo o relacionamento económico e valorizando também no plano bilateral os recursos e instrumentos de cooperação, designadamente, implementando as decisões da Cimeira com Cabo Verde;
- Com os países da África Ocidental, Oriental e Austral, considerando quer as relações históricas, quer os interesses comuns em matéria económica, de segurança e de estabilização institucional, quer a presença, em muitos deles, de importantes comunidades portuguesas, designadamente dando continuidade aos contactos a nível político e de altos funcionários no sentido da identificação de novas oportunidades de cooperação;
- Com os países do Magrebe, do Médio Oriente e do mundo árabe em geral, tendo em conta os desafios de segurança na vizinhança sul e as possibilidades de aprofundamento do relacionamento bilateral, no plano político, económico e cultural, designadamente procurando que a ação levada a cabo por Portugal nestes países seja promotora de estabilidade e de desenvolvimento económico e social;
- Com os países latino-americanos, aprofundando as relações diplomáticas, culturais e económicas, atentas as afinidades históricas e culturais, desenvolvendo o potencial que estes países oferecem às empresas portuguesas, designadamente na Argentina, Chile e no México, assim tirando partido das recentes iniciativas político-diplomáticas; e, no caso do México, coorganizando a participação de Portugal como País Convidado de Honra na Feira Internacional de Guadalajara;
- Com os países da Europa de Leste e da Ásia Central, tendo designadamente em vista os interesses comuns em termos estratégicos e de relacionamento económico e comercial;
- Com os países da Ásia do Sul e do Sudeste, assim como os da grande região Ásia-Pacífico, destacando-se a China, a Coreia do Sul, a Índia, a Indonésia e o Japão; no caso da China, promovendo a Parceria Estratégica Global e, no da Índia, continuando a assegurar a sequência da visita do Primeiro-Ministro em 2017, que permitiu projetar o relacionamento bilateral para um novo patamar ao nível político, económico e cultural.



4. No âmbito da internacionalização da língua, da cultura e da ciência portuguesas, em 2018, serão concretizadas as seguintes medidas:

- Reforço do ensino de português, no contexto de formação superior no estrangeiro, designadamente através da abertura de: (i) dois novos Leitorados (Suécia e Costa de Marfim); (ii) três novas Cátedras (Andorra, França e Brasil); (iii) dois novos Centros de Língua Portuguesa (Sérvia e Costa do Marfim); mas também através do estabelecimento de novas parcerias entre o Camões, I.P. e universidades estrangeiras e/ou instituições congéneras e através da disponibilização de materiais científicos e pedagógicos e do apoio à investigação;
- Consolidação da rede de ensino de português no estrangeiro (nível básico e secundário), quer como língua de herança, quer como língua estrangeira integrada nos currículos nacionais ou regionais de diferentes países;
- Consolidação da aposta no digital, no ensino à distância e em cursos para públicos específicos;
- Reforço dos processos de certificação e de credenciação do português nos sistemas de acesso ao ensino superior;
- Promoção da utilização do português como língua oficial em organizações internacionais, em especial no sistema das Nações Unidas;
- Desenvolvimento do programa Empresa Promotora de Língua Portuguesa;
- Lançamento e acompanhamento da execução do programa da Ação Cultural Externa para 2018, em articulação com o Ministério da Cultura;
- Lançamento e implementação da medida Simplex+2017: e-Ação Cultural externa;
- Promoção da internacionalização do ensino superior e da investigação científica e tecnológica em Portugal; da ciência e do ensino superior na cooperação com países terceiros; da cooperação internacional em ciência e tecnologia; do relacionamento com as comunidades académicas e científicas portuguesas residentes no estrangeiro; e da diplomacia científica;
- Participação na preparação das comemorações Fernão Magalhães.

5. No âmbito da política de cooperação para o desenvolvimento, destacam-se as seguintes medidas para 2018:

- Desenvolvimento da parceria privilegiada com os países da língua portuguesa, concretizada nos programas estratégicos de cooperação;
- Continuação da aposta na diversificação das fontes de financiamento da cooperação, designadamente no plano europeu;
- Implementação dos projetos de cooperação delegada da União Europeia colocados sob responsabilidade de gestão portuguesa;
- Promoção da coordenação entre os diferentes atores comprometidos com a ajuda ao desenvolvimento, tanto públicos, nomeadamente o Camões, IP, e a SOFID, como privados;



- Continuação da promoção de iniciativas de cooperação triangular e trilateral, apostando no alargamento a novas geografias como a América Latina, a África Ocidental e o Norte de África;
- Implementação do novo plano estratégico da SOFID;
- Acompanhamento da política de bolsas, associando o setor privado e outras entidades;
- Envolvimento ativo na negociação do futuro quadro de relacionamento da UE com os países do Grupo ACP (África, Caraíbas e Pacífico) para o período pós-Cotonou.

6. No domínio da cidadania lusófona, destacam-se as seguintes medidas para 2018:

- Continuação da ação de Portugal para a implementação a Nova Visão Estratégica da CPLP, designadamente apoiando a concretização da abertura da CPLP aos Observadores Associados e aos Consultivos, assim como à sociedade civil e às comunidades lusófonas vivendo fora do espaço da CPLP;
- Contribuição para o trabalho técnico e de concertação político-diplomática em torno de um regime de mobilidade da CPLP tendo em vista a progressiva construção de uma cidadania da CPLP;
- Valorização do trabalho e atividades do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, designadamente através da participação nos projetos emblemáticos como (i) o Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua Não Materna e (ii) as Terminologias Científica e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa, e contribuindo para a implementação do Plano de Ação de Díli;
- Participação na organização de um programa de intercâmbio universitário vocacionado especificamente para a circulação de estudantes de língua portuguesa;
- Participação no desenvolvimento de um programa de cooperação no âmbito da energia, no espaço económico da língua portuguesa;
- Continuação da valorização e promoção do património comum ou partilhado, nomeadamente no quadro do Património Mundial da UNESCO;
- Participação na organização de ciclos de promoção das culturas da língua portuguesa, no contexto da celebração do dia 5 de maio como Dia da Língua Portuguesa.

7. No âmbito da valorização das relações com as comunidades portuguesas, destacam-se as seguintes medidas para 2018:

- Acompanhamento da gestão de pessoal na rede consular e continuação do apoio às comunidades nos países que passam por dificuldades económicas ou políticas circunstanciais;
- Continuação da modernização da rede consular numa ótica de simplificação e de proximidade com os utentes, nomeadamente implementando do projeto e-Consulado;



- Acompanhamento do serviço prestado nos novos Espaços do Cidadão (Consulado Geral em Paris e em São Paulo) e extensão deste serviço a outros consulados (Londres e Bruxelas);
- Investimento na aquisição de novos equipamentos para recolha de dados biométricos para os postos consulares;
- Proteção consular dos portugueses residentes no estrangeiro, com reforço dos mecanismos de apoio à ação do Gabinete de Emergência Consular para situações de emergência e da articulação com outros serviços relevantes e a rede consular do MNE;
- Prossecução dos Diálogos com as Comunidades;
- Acompanhamento da atividade da rede de Gabinetes de Apoio ao Emigrante (GAE) de segunda geração, tirando partido da sua potencialidade, designadamente as sinergias com as atividades de investimento e do turismo, e da sua articulação ao Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora (GAID);
- Continuação do desenvolvimento da atividade do GAID para apoio na atração de investimento em Portugal da diáspora portuguesa, e realização do III Encontro do Investidor da Diáspora;
- Implementação e acompanhamento do novo regulamento de atribuição de apoios ao associativismo da Diáspora, apoiando as associações das comunidades, assim como as redes de profissionais, nomeadamente de pós-graduados e de investigadores;
- Apoio às atividades do Conselho das Comunidades Portuguesas;
- Apoio às iniciativas do Conselho da Diáspora;
- Consolidação dos mecanismos de apoio social a emigrantes carenciados (ASIC e ASEC);
- Incentivos à participação eleitoral dos cidadãos residentes no estrangeiro, nomeadamente através da simplificação da inscrição nos cadernos eleitorais nos serviços consulares e da abertura de mais mesas de voto;
- No quadro das medidas Simplex, Implementação do projeto piloto do Centro de Atendimento Consular (CAC) direcionado para a rede consular em Espanha.

8. No âmbito da diplomacia económica e do apoio à internacionalização da economia, destacam-se as seguintes medidas para 2018:

- Implementação do Programa Internacionalizar, com o objetivo de promover a dinamização da economia portuguesa, criando condições para o investimento (quer o direto estrangeiro, quer o português no estrangeiro), a inovação, a competitividade, as exportações e o empreendedorismo no contexto da globalização;
- Acompanhamento da implementação do Plano Estratégico da AICEP para 2017-2019;
- Colaboração na implementação do Programa Capitalizar;
- Prossecução do apoio à internacionalização de empresas e criação de maior proximidade às empresas exportadoras, com atenção acrescida às pequenas e médias empresas, às novas exportadoras e às exportadoras para um só mercado,



nomeadamente através da promoção de soluções digitais que permitam simplificar e personalizar o apoio prestado pela AICEP;

- Promoção de ações com vista à captação de investimento e fomento do reinvestimento em Portugal;
- Facilitação do acesso das empresas portuguesas a financiamento nacional e internacional para apoio aos respetivos processos de internacionalização;
- Acompanhamento da execução dos programas de atração de investimento direto estrangeiro e aproveitamento daqueles que potenciem recursos humanos qualificados, projetos de I&D inovadores e que possam funcionar como fator de dinamização de novos *clusters* impulsionadores da economia portuguesa;
- Apoio à criação de centros logísticos e de distribuição de produtos, como instrumento de alavancagem da exportação de produtos portugueses, nomeadamente do setor agroalimentar;
- Aproveitamento das oportunidades abertas em mercados externos por recentes iniciativas político-diplomáticas (China, Índia, Egito, Argentina, Chile, México...) e explorando outros mercados com potencial para o investimento e as exportações;
- Reforço do acompanhamento das empresas e *clusters*, nas ações previstas para os principais mercados de exportação e captação de IDE, em coordenação com as respetivas associações empresárias, de forma a potenciar a cadeia de valor nacional;
- Apoio às empresas portuguesas e promoção, no contexto do *Brexit*, da atração de investimento, acompanhando a articulação entre a AICEP, o Turismo de Portugal o IAPMEI, outras instituições da administração pública, e a Estrutura de Missão Portugal *In*;
- Participação em feiras internacionais nos vários setores da economia, promovendo Portugal e as empresas portuguesas;
- Desenvolvimento do trabalho das Comissões Mistas constituídas no âmbito das relações bilaterais, assim potenciando novos contextos de cooperação económica;
- Aproveitamento do valor económico das comunidades portuguesas e da influência da rede da diáspora portuguesa nos seus países de acolhimento, para promover a captação de investimento direto estrangeiro e a imagem de Portugal no mundo; apoio a empresas de portugueses e luso-descendentes no estrangeiro, designadamente através do desenvolvimento de parcerias internacionais estratégicas entre empresas;
- Apoio à organização da edição de 2018 do evento *Web Summit* e seu aproveitamento como alavanca da internacionalização da economia portuguesa, mormente no domínio das *start-ups* e da inovação tecnológica e digital;
- Prossecução dos esforços de capacitação e de qualificação dos recursos humanos para a internacionalização, através do reforço das parcerias com as universidades portuguesas, e consolidação do programa INOV Contacto;
- Reforço da articulação entre a AICEP e outras entidades públicas e organismos governamentais para a promoção da internacionalização do nosso tecido empresarial e do investimento em Portugal, otimizando as sinergias existentes;



- Reforço do papel da AICEP na internacionalização da língua e da cultura portuguesas, e na internacionalização da ciência, da tecnologia e ensino superior, nas indústrias criativas, e lançamento da Academia da Internacionalização;
- Implementação das medidas Simplex+ (2016 e 2017): Apoio ao Investidor, Portal das Exportações, Capacitação *online* para a internacionalização e Avaliação de Procedimentos necessários à realização de investimento.

IV CARACTERIZAÇÃO GERAL DO ORÇAMENTO DO MNE PARA 2018

Os recursos financeiros destinados à ação externa, na comparação entre a estimativa de despesa para 2017 e a dotação sem cativações proposta para 2018, caracterizam-se por um reforço na ordem dos 10,9%.

Com efeito, o orçamento do programa 03 - Representação Externa para 2018 é de 396,2 M€, o que compara com os 356,8 M€ de estimativa de despesa para 2017 (já compreendida, em ambos os valores, a verba relativa à AICEP).

V DESPESA CONSOLIDADA

Quadro V.1 – Despesa consolidada do MNE

	(M€)		Variação	Estrutura 2018
	2017 Estimativa	2018 Orçamento		
Estado	297,5	319,4	7,2%	67,7%
1. Atividades	292,3	307,4	5,0%	65,2%
1.1. Com cobertura em receitas gerais	282,4	289,2	2,2%	61,3%
Funcionamento em Sentido Estrito	209,9	219,2	4,4%	46,5%
Dotações Específicas	72,5	70,0	-4,2%	14,8%
Contribuições e Quotizações para Organizações Internacionais	72,5	70,0	-4,2%	14,8%
1.2. Com cobertura em receitas consignadas	9,9	18,2	83,8%	3,9%
2. Projetos	5,2	12,0	129,3%	2,6%
2.1. Financeiro Nacional	3,5	9,9	181,6%	2,1%
2.2. Financeiro Comunitário	1,7	2,1	23,5%	0,5%
Serviços e Fundos Autónomos	101,7	113,2	11,4%	24,0%
Entidades Públicas Reclassificadas	36,2	39,0	7,6%	8,2%
Consolidação entre e intra-setores	78,6	75,4		
Despesa Total Consolidada	356,8	396,2	10,9%	
Despesa Efetiva Consolidada	356,8	396,2	10,9%	

Em termos globais, considerando o Orçamento para 2018, o Subsector Estado regista uma variação positiva de 7,2% face a 2017. Ela é explicada pelo aumento das despesas de funcionamento e pelo significativo reforço das dotações que financiam projetos de investimento.

A dotação específica relativa a contribuições e quotizações regista uma diminuição face a 2017, estando em linha com os encargos anuais do corrente ano com contribuições e face à perspetiva de estabilização da taxa de câmbio do euro face ao dólar americano.

O aumento da despesa de funcionamento do MNE, financiada por receitas gerais, na ordem dos 4,4%, resulta do efeito do aumento da despesa com pessoal decorrente do preenchimento de postos de trabalho, em particular nos serviços periféricos externos, no âmbito da consolidação da Rede Externa do MNE. Por outro lado, o orçamento para 2018 reflete ainda um reforço das dotações destinadas ao financiamento da Cooperação Internacional, da promoção da Língua e da Ação Cultural Externa.

O aumento da despesa com projetos decorre fundamentalmente da continuidade do esforço de modernização do MNE, em especial na área das tecnologias de informação e comunicação, englobando o financiamento comunitário de projetos através do SAMA 2020 e do Fundo para a Segurança Interna, e da requalificação das instalações dos serviços externos.

No que respeita aos Serviços e Fundos Autónomos, o acréscimo de 11,4% face a 2017 decorre quer do aumento das verbas orçamentadas pelo Fundo para as Relações Internacionais, quer do reforço das dotações do Camões, em particular no que respeita ao financiamento da Ação Cultural Externa, da promoção da Língua Portuguesa e de Programas de Cooperação.

Quanto à AICEP, o aumento em 7,6%, face a 2017, decorre do financiamento do seu Plano Estratégico.

No quadro seguinte apresenta-se a despesa consolidada do MNE isolando a despesa de funcionamento e de investimento da despesa com contribuições e quotizações para organizações internacionais, do Fundo para as Relações Internacionais e da AICEP.

Quadro V.2 – Despesa consolidada do MNE

(M€)

	2017	2018	Variação	Estrutura 2018
	Estimativa	Orçamento		
1 MNE	170,2	202,6	19,1%	47,7%
2 Camões	59,9	68,2	13,9%	16,1%
3 Subtotal Funcionamento e Investimento	230,1	270,9	17,7%	63,8%
4 Organizações Internacionais	72,5	70,0	-3,4%	16,5%
5 Fundo para as Relações Internacionais	41,8	45,0	7,7%	10,6%
6 AICEP	36,2	39,0	7,6%	9,2%
7 Total	380,6	424,9	11,6%	100,0%
8 Consolidação entre e intra-setores	23,8	28,6		
9 Despesa Total Consolidada	356,8	396,2	10,9%	

Em termos globais, o orçamento para 2018 da despesa de funcionamento e investimento do MNE (linha 3 do quadro), não abatida de cativos, regista um aumento de 17,7% face à estimativa para 2017.

A variação entre 2017 e 2018 é explicada fundamentalmente por:

- Aumento de 19,1% na despesa dos serviços integrados do MNE, incluindo os serviços periféricos externos do MNE (linha 1 do quadro), resultante



- Do aumento da despesa com pessoal decorrente do preenchimento de postos de trabalho, em particular nos serviços periféricos externos, no âmbito da consolidação da Rede Externa do MNE.
- Do aumento das verbas destinadas ao financiamento de projetos de investimento na área das tecnologias de informação e comunicação, incluindo o financiamento comunitário de projetos, e da requalificação das instalações dos serviços externos do MNE.
- O aumento de 13,9% do Camões deve-se ao reforço já referido das dotações para a Ação Cultural Externa, a promoção da Língua Portuguesa e os Programas de Cooperação.

A dotação que financia contribuições e quotizações para organizações internacionais regista um nível de orçamentação de 2018 alinhado com os encargos anuais do corrente ano e com a perspetiva de estabilização do câmbio do euro face ao dólar americano.

O aumento em 7,7% da dotação do Fundo para as Relações Internacionais traduz o alinhamento da orçamentação da receita deste fundo autónomo com a receita cobrada nos últimos anos, proveniente da realização de atos consulares e da emissão de Autorizações de Residência para Investimento.

Quanto à AICEP, o aumento em 7,6% face a 2017 decorre do crescimento da despesa relativa às áreas de relações institucionais e mercados externos, no âmbito do plano estratégico da AICEP, e ainda devido às ações relacionadas com o programa Simplex, nomeadamente a solução de processos e documental, o Portal das Exportações, a Plataforma *Webinar*, a Plataforma de exportações para a China, no âmbito dos programas SAMA e SAMA 2020.

VI ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO E DE INVESTIMENTO

O montante total do orçamento de funcionamento e de investimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros para 2018 é de 242,7 M€ (linha 5 do Quadro VI.1), dos quais 220,2 M€ provêm do Orçamento do Estado e 22,5 M€ de receitas do Estado consignadas aos serviços do MNE e de financiamento europeu.

Quadro VI.1 – Orçamento de funcionamento e investimento

(M€)

	2017	Estrutura 2017	2018	Estrutura 2018	Variação 2017/2018
	Estimativa		Orçamento		
1 Ação Governativa	4,4	2,1%	4,6	1,9%	3,7%
2 Gestão Administrativa e Financeira do Orçamento do MNE	143,7	69,7%	174,4	71,9%	21,3%
3 Cooperação, Língua e Relações Externas	55,6	27,0%	60,6	25,0%	8,9%
4 Projetos	2,6	1,2%	3,1	1,3%	22,0%
5 Subtotal Funcionamento e Investimento	206,3	100,0%	242,7	100,0%	17,6%
6 Fundo para as Relações Internacionais	41,8		45,0		7,7%
7 Total Consolidado	248,1		287,7		15,9%

Nota: Não inclui AICEP e Contribuições e Quotizações para Organizações Internacionais; o subtotal Funcionamento e Investimento está abatido das transferências entre organismos do programa orçamental.

O orçamento de funcionamento e de investimento do MNE regista um acréscimo de 17,6% face a 2017 (linha 5 do Quadro VI.1), para o qual concorre fundamentalmente o impacto do preenchimento de postos de trabalho, em particular nos serviços periféricos externos, o reforço das verbas para projetos de investimento na área das tecnologias de informação e comunicação e no âmbito da requalificação das instalações dos serviços externos do MNE e o reforço do orçamento do Camões.

A Gestão Administrativa e Financeira do Orçamento do MNE, que agrega os encargos com os serviços centrais do MNE e os serviços periféricos externos, mantém o maior peso relativo no conjunto da despesa de funcionamento e de investimento do Ministério, representando 71,9% desta despesa em 2019. De notar que, em 2018, e à semelhança do ano anterior, para além das verbas a financiar por receitas gerais do Orçamento do Estado, os projetos de investimento do MNE serão financiados fundamentalmente através de receitas próprias do Fundo para as Relações Internacionais e de financiamento comunitário.

VII DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Sob a perspetiva da natureza da despesa, a situação do orçamento do MNE encontra-se sistematizada no quadro seguinte:

Quadro VII.1 – Despesa por classificação económica

	(M€)				Estrutura 2018
	Orçamento para 2018				
	Estado	SFA	EPR	Total Consolidado	
1 Encargos com pessoal	136,6	35,6	25,1	197,3	49,8%
2 Aquisição de bens e serviços	34,9	15,6	8,1	58,6	14,8%
3 Outras despesas	147,9	62,0	5,8	140,4	35,4%
4 Transferências correntes	119,5	48,4	4,3	104,0	26,3%
5 das quais: Intra-instituições do MNE	46,7	21,5			
6 Despesas correntes	19,4	3,5	0,1	23,0	5,8%
7 Aquisição de bens de capital	9,0	2,9	1,4	13,3	3,4%
8 Transferências de capital	0,1	7,2		0,0	0,0%
9 das quais: Intra-instituições do MNE	0,1	7,2			
10 Outras	0,0	0,0		0,0	0,0%
11 Total Não consolidado	319,4	113,2	39,0	471,6	
12 Consolidação entre e intra-subsetores	46,8	28,6	0,0	75,4	
13 Total Consolidado	272,6	84,6	39,0	396,2	100,0%
14 CQOI	70,0			70,0	17,7%
15 Total Consolidado sem CQOI	202,6	84,6	39,0	326,2	

CQOI - Contribuições e Quotizações para Organizações Internacionais

As “Despesas com pessoal” mantêm o maior peso relativo no total da despesa consolidada do MNE, representando 49,8% (linha 1 do Quadro VII.1). As despesas com pessoal do MNE incluem os encargos com a Rede Externa do MNE, bem como com a rede do ensino de português no estrangeiro e com agentes da cooperação. De notar que a despesa orçamentada para 2018 não inclui verbas destinadas aos encargos associados ao descongelamento de carreiras, incluídas numa rubrica dedicada do OE.

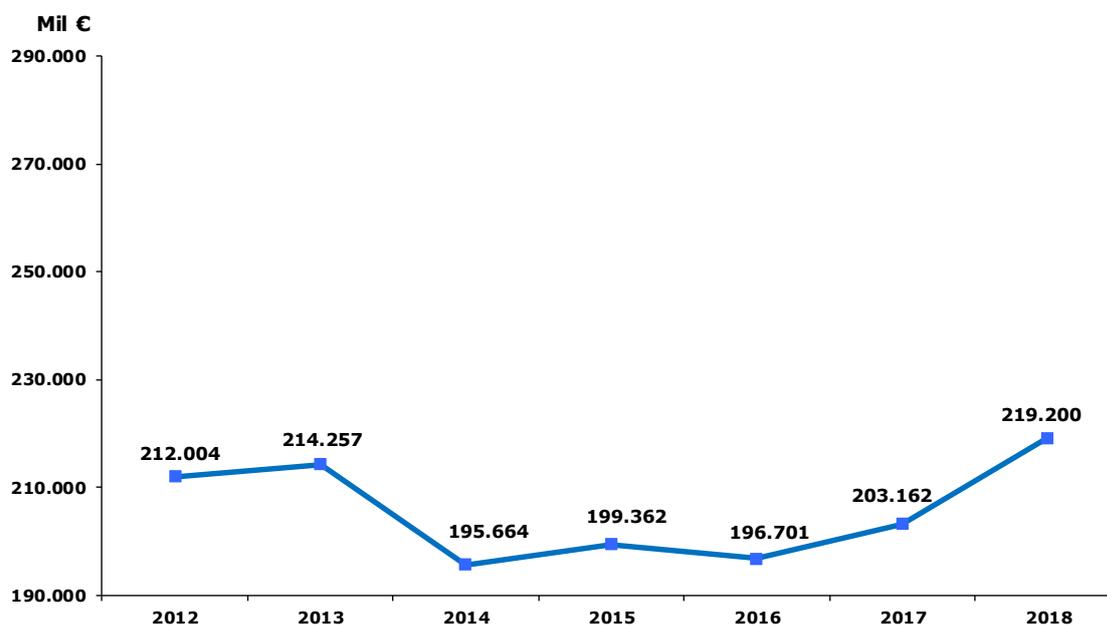
As “Transferências Correntes” representam 26,3% do total consolidado, incluindo as contribuições e quotizações para organizações internacionais, as transferências do FRI para o orçamento de funcionamento do MNE, para projetos de cooperação do Camões e para a AICEP. Incluem ainda as verbas inscritas no orçamento do Camões destinadas ao financiamento da Cooperação Internacional e da Ação Cultural Externa.

A dotação específica destinada a contribuições e quotizações para organizações internacionais representa 17,7% do total consolidado, estando o nível de recursos proposto para 2018 associado à despesa anual estimada para o ano de 2017 e à perspetiva de estabilização do câmbio do euro face ao dólar americano.

VIII EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DO MNE

O gráfico abaixo apresentado mostra a evolução das despesas do MNE (incluindo apenas as receitas gerais do Estado) no período de 2012 a 2018.

Gráfico VIII.1 – Evolução Orçamento de Funcionamento do MNE



Obs.:

(1) Orçamento de funcionamento do MNE sem despesas de investimento, Fundo para as Relações Internacionais, Contribuições e Quotizações para Organizações Internacionais e AICEP

(2) 2017 - Estimativa de despesa; 2018 - Proposta de Orçamento, não abatida de cativos

O acréscimo entre 2012 e 2013 reflete o impacto da reposição do subsídio de férias e de Natal.

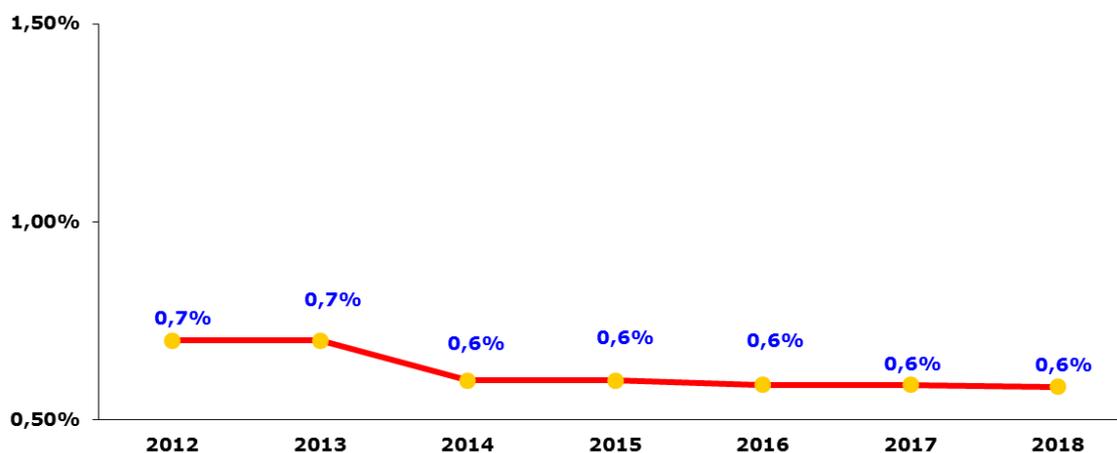
Em 2014, o MNE regista uma quebra acentuada do seu orçamento de funcionamento em resultado da acomodação do impacto das medidas de redução de despesa que foram implementadas.

O crescimento registado em 2015 deve-se essencialmente ao impacto da inaplicabilidade das reduções remuneratórias nos serviços periféricos externos e do mecanismo extraordinário de correção cambial, bem como do ajustamento salarial decorrente da reversão remuneratória de 20%. Reflete ainda a implementação de iniciativas de política, nomeadamente no âmbito do redimensionamento da Rede Externa e do reforço da Rede Consular.

A tendência de crescimento mantém-se em 2016 e 2017 em resultado, sobretudo, do efeito da eliminação progressiva dos cortes remuneratórios.

Para 2018, mantém-se a tendência de crescimento iniciada em 2015, refletindo o impacto previsto com preenchimento de postos de trabalho – em particular nos serviços periféricos externos –, bem como o reforço do orçamento do Camões.

Gráfico VIII.2 – Peso relativo do MNE no total do OE



IX REDE EXTERNA

No estrangeiro, as atribuições do Ministério são prosseguidas pelas embaixadas, consulados gerais, consulados e vice-consulados, missões e representações permanentes e escritórios consulares. O número atual de serviços na rede externa é de 135, com a seguinte distribuição por tipo de posto diplomático:

Quadro IX.1 – Serviços da rede externa por tipo de posto diplomático

MNE NO EXTERIOR		
	2016	2017
Embaixadas	76 ⁽¹⁾	76 ⁽¹⁾
Consulados-Gerais	38	38
Consulados	2	2
Vice-Consulados	8	8
Missões e Representações	8	8
Escritórios Consulares	2	3
Total Serviços Externos	134	135

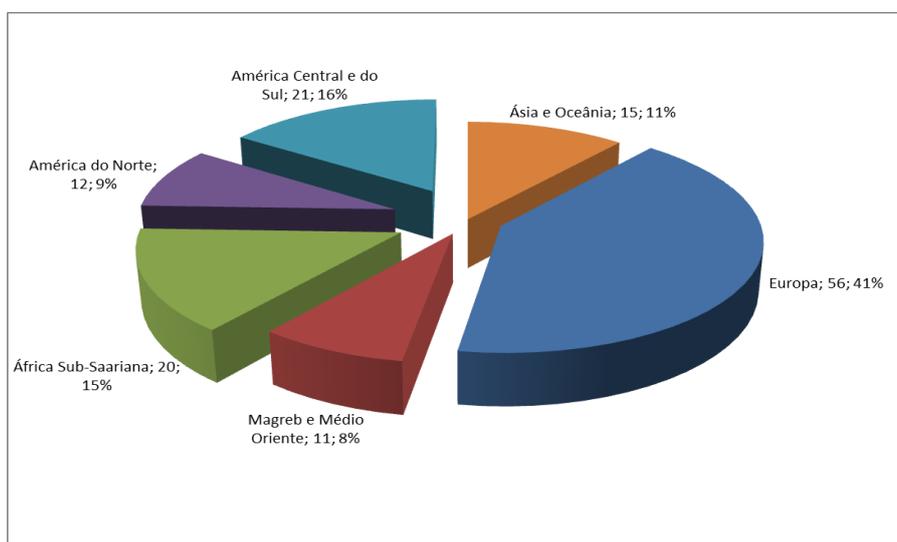
(1) Inclui Escritório Representação em Ramallah

(dados reportados a setembro de 2017)

Com a criação do Escritório Consular no Mindelo, em Cabo Verde, a Rede Externa do MNE passou a ter 135 postos, dos quais 56% constituem a rede de Embaixadas, 38% a Rede Consular e 6% correspondem a Missões.

A distribuição geográfica dos serviços da rede externa, constante do gráfico IX.1 e do quadro IX.2, mostra que os postos diplomáticos se encontram mais concentrados no continente europeu e americano.

Gráfico IX.1 – Distribuição geográfica dos postos diplomáticos



Quadro IX.2 – Localização dos postos diplomáticos

	Europa	Magreb e Médio Oriente	África Sub-Saariana	América do Norte	América Central e do Sul	Ásia e Oceânia	Total
Embaixadas	30	11	13	2	10	10	76
Consulados gerais	15	-	6	7	5	5	38
Consulados	-	-	-	1	1	-	2
Vice Consulados	2	-	-	1	5	-	8
Missões e Representações Permanentes	7	-	-	1	-	-	8
Escritórios consulares	2		1	-			3
Total	56	11	20	12	21	15	135

X RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 31 de dezembro de 2017, deverão situar-se nos 3.030 efetivos (*excluindo* o pessoal dos Centros Culturais e os efetivos da AICEP), com um ligeiro acréscimo face a 2016 (0,4%). Consideram-se neste número de efetivos os processos de recrutamento em curso, quer para os serviços internos, no que respeita ao concurso para 30 Adidos de Embaixada e ao recurso à mobilidade interna, quer para os serviços externos.

Quadro X.1 – Variação de efetivos 2016/2017 e distribuição por agrupamento profissional

		Unid: Efetivos		
		2016	2017	Varição 2016/2017
1	Diplomatas	417	441	24
2	Pessoal Especializado	65	65	0
3	Pessoal Técnico	429	451	22
4	Assistente Técnico	252	250	-2
5	Assistente Operacional	72	65	-7
6	Pessoal Local (Serviços Externos)	1.254	1.249	-5
7	Leitores e Docentes	46	51	5
8	Professores e Coordenadores	333	328	-5
9	Efetivos MNE	2.868	2.900	32
10	Agentes Cooperação	150	130	-20
11	Total c/Agentes da Cooperação	3.018	3.030	12

Obs.: Não inclui os efetivos da AICEP e o pessoal dos centros culturais (contratados)

A análise da distribuição dos efetivos por serviço consta do quadro *infra*.

Quadro X.2 – Variação de efetivos 2016/2017 e distribuição por organismos do Ministério

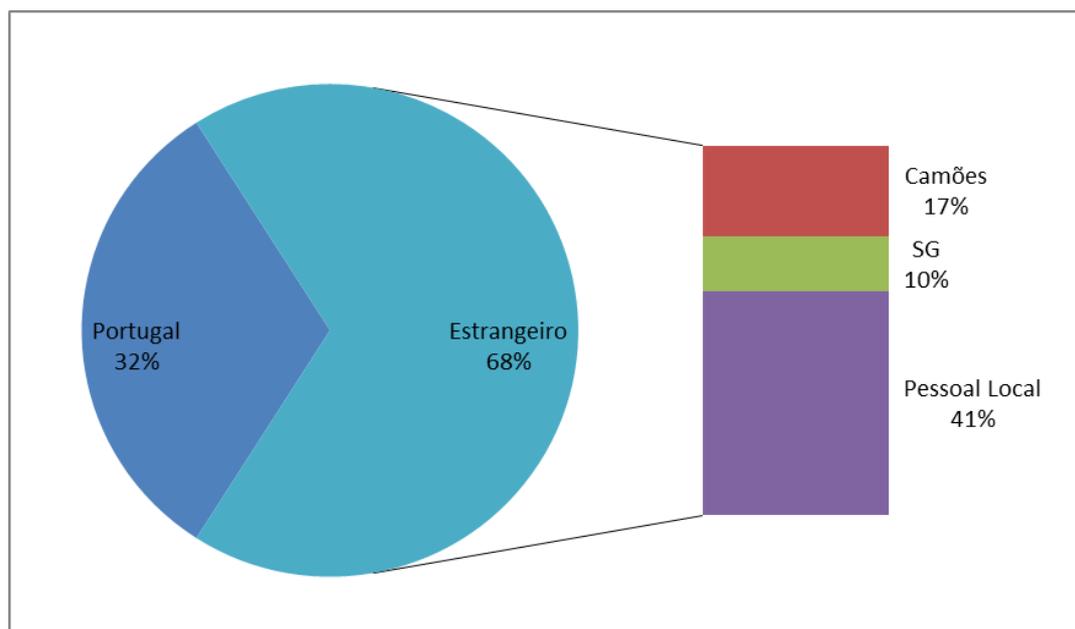
	2016	2017	Unid: Efetivos Variação 2016/2017
1 GABINETES	72	74	2
2 MNE - Serviços internos	990	1.025	35
3 Secretaria Geral	679	711	32
4 Direção-Geral dos Assuntos Europeus	112	112	0
5 Direção-Geral de Política Externa	105	112	7
6 Inspeção-Geral Diplomática e Consular	16	15	-1
7 Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas	78	75	-3
8 MNE - Serviços externos	1.254	1.249	-5
9 MNE - Serviços e fundos autónomos	702	682	-20
10 Camões	702	682	-20
11 Total	3.018	3.030	12

Obs.: Não inclui os efetivos da AICEP e o pessoal dos centros culturais (contratados)

A distribuição geográfica dos recursos humanos do Ministério entre Portugal e o estrangeiro, constante do gráfico *infra*, mostra que 68% dos efetivos se encontram em funções nos serviços periféricos externos, comparativamente com o peso de 70% verificado em 2016.

No quadro IX.3 apresenta-se a caracterização destes efetivos por agrupamento profissional.

Gráfico X.1 – Localização de efetivos em 2017 e distribuição no estrangeiro por organismo



Quadro X.3 – Localização de efetivos em 2017 e distribuição por agrupamento profissional

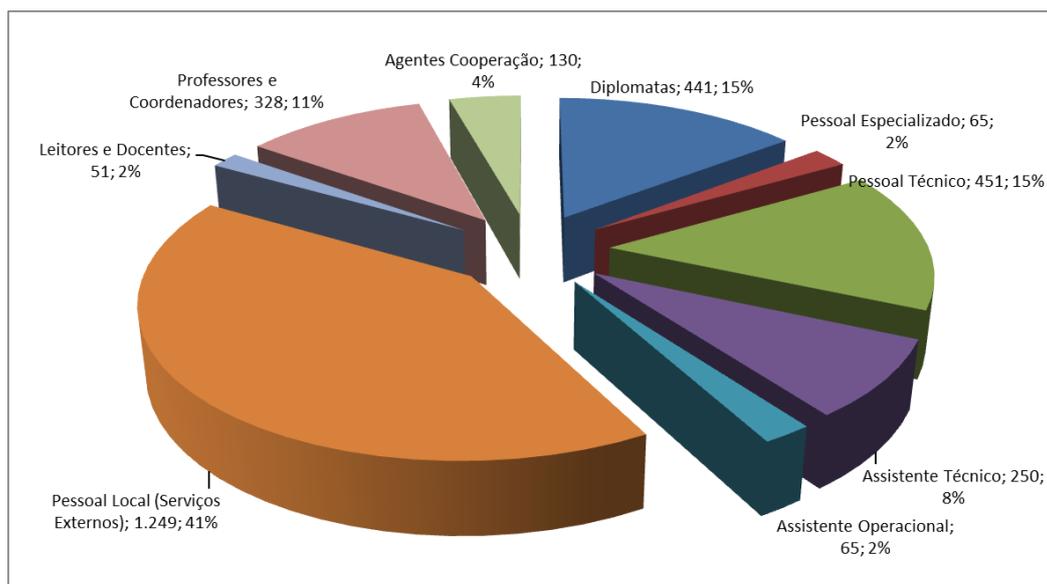
Unid: Efektivos

	2017		Total
	Portugal	Estrangeiro	
1 Diplomatas	203	238	441
2 Pessoal Especializado		65	65
3 Pessoal Técnico	449	2	451
4 Assistente Técnico	250	0	250
5 Assistente Operacional	65	0	65
6 Pessoal Local (Serviços Externos)		1.249	1.249
7 Leitores e Docentes		51	51
8 Professores e Coordenadores		328	328
9 Subtotal Efektivos MNE	967	1.933	2.900
10 Agentes Cooperação		130	130
11 Total	967	2.063	3.030

Obs.: Não inclui os efetivos da AICEP e o pessoal dos centros culturais (contratados)

Da distribuição dos efetivos em 2017 por agrupamento profissional verifica-se que o Ministério dos Negócios Estrangeiros mantém uma taxa de tecnicidade bastante significativa.

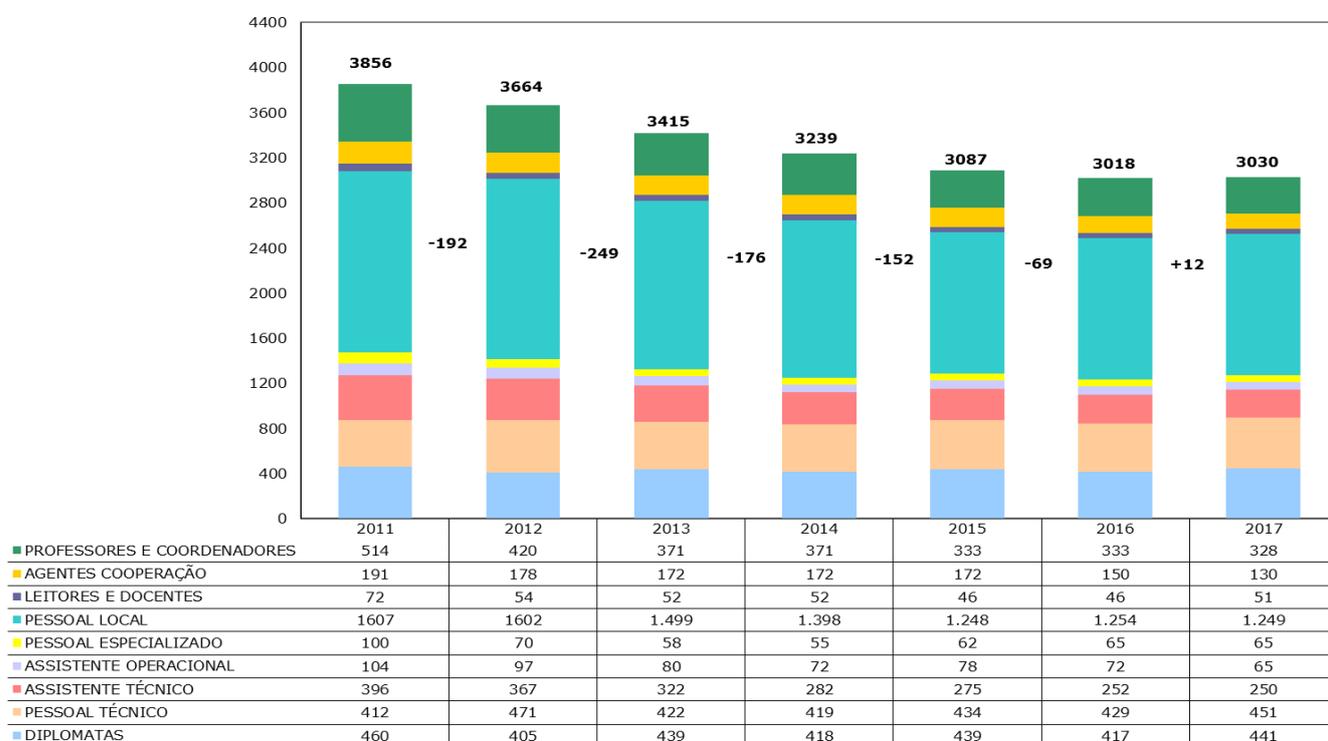
Gráfico X.2 - Efektivos em 2017 – peso relativo por agrupamento profissional



Conforme gráfico *infra*, a melhor estimativa é que o ano 2017 será caracterizado por um aumento em 12 efetivos face a 2016, invertendo a tendência de redução dos últimos anos, com incidência no pessoal diplomático e técnico nos serviços internos.

Para a redução verificada desde 2011 contribuiu fundamentalmente a implementação de medidas de redução de despesa de natureza transversal, caso do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo e da saída de efetivos, nomeadamente para a situação de aposentação, e de natureza setorial, caso do redimensionamento da rede diplomática.

Gráfico X.3 – Efetivos de 2011 a 2017 – Evolução por agrupamento profissional



Analisando a variação de efetivos dos últimos 6 anos (2011-2017), verifica-se que o MNE regista uma redução na ordem dos 826 trabalhadores, correspondente a uma quebra de 21%. De salientar o seguinte:

- i. Em termos absolutos, esta diminuição de efetivos teve maior impacto no pessoal dos serviços externos (-358 trabalhadores, redução de 22%), na Rede de Ensino de Português no Estrangeiro (-207 trabalhadores, redução de 35%) e na carreira de Assistente Técnico (-146 trabalhadores, redução de 37%).
- ii. Em termos relativos, acresce às reduções já identificadas a diminuição em 35% do pessoal especializado (-35 trabalhadores) e na carreira de Assistente Operacional (-38%, -39 efetivos).
- iii. Apenas foi registado um aumento no período 2011-2017 no pessoal técnico (+9%, +39 efetivos), o que resulta da necessidade de dotar o Ministério de recursos humanos



REPÚBLICA
PORTUGUESA

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

com maior capacidade técnica e competências profissionais, acompanhando o ritmo de modernização da Administração Pública.

Para 2018, e tendo em vista fazer face à escassez de recursos humanos na rede consular e diplomática, bem como nos serviços centrais do MNE, foram previstos recursos financeiros que permitem dar continuidade ao processo já iniciado em 2017 de reposição do nível de recursos humanos considerado como indispensável para o desenvolvimento da ação externa do Estado.
